

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 79 - Junho de 2015

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



CONSTRUIR A GREVE GERAL CONTRA OS ATAQUES!



CONJUNTURA NACIONAL

**DILMA E CONGRESSO NACIONAL UNIDOS
CONTRA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

EDUCAÇÃO

OS DESAFIOS DAS GREVES DOS PROFESSORES

CASO HSBC - SWISSLEAKS

**BANCOS A SERVIÇO DA LAVAGEM DE
DINHEIRO DO TRÁFICO, CORRUPÇÃO...**

BANCÁRIOS

**BANCO DO BRASIL ATACA A CAIXA DE
ASSISTÊNCIA DE SEUS FUNCIONÁRIOS**

FORMAÇÃO

POR QUE AS REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX NÃO LEVARAM AO SOCIALISMO?

AJUSTE FISCAL, TERCEIRIZAÇÃO, DESEMPREGO... DILMA E O CONGRESSO NACIONAL TIRAM DOS TRABALHADORES PARA DAR AOS EMPRESÁRIOS!

CAUSAS DA RESTRIÇÃO DO CRÉDITO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

Já discutíamos que as bases da política econômica implementada pelo PT se apoiavam centralmente em incentivar o consumo interno (expansão do crédito, redução de impostos para as empresas, etc.), exportar commodities (minérios, agricultura, etc.) e em incentivar o investimento externo (com condições muito vantajosas e seguras para o capital estrangeiro).

Reafirmamos que é um modelo para garantir o lucro do capital e não para beneficiar a classe trabalhadora, que com as facilidades em fazer crediário, empréstimos e compra no cartão entrou na dinâmica do endividamento constante. Como diz Lula: Bancos, agronegócio, multinacionais e comércio “nunca lucraram tanto”. Para os trabalhadores algumas migalhas.

Isso pode ser identificado também através dos programas sociais, que juntos não passam de 0,5 % do PIB. Como exemplo temos o PROUNI ou outros programas educacionais, que ao mesmo tempo em que permitem o acesso ao ensino superior (em universidade e cursos bem precarizados) permitem a transferência de bilhões de dinheiro público para os empresários da Educação que, mesmo assim, fecharam muitos cursos nas faculdades que aderiram ao programa desde o início, não possuem política para permanência dos estudantes e contam com alto número de estudantes desistentes.

Também temos a questão do nível salarial, dos empregos gerados ou formalizados, desde o primeiro governo Lula, 95% são com salários de até 1,5 salários mínimos (hoje por volta de R\$ 1200,00).

Enfim, esse modelo em que a classe trabalhadora tem a maior parte de seu salário utilizado para pagar contas e dívidas enquanto é permitido grandes lucros para o empresariado como um todo e, especialmente, para os chamados rentistas (bancos e os que vivem somente

de renda) seguiu durante vários anos.

Mas, essa política dependia muito de uma conjuntura mundial que conseguisse absorver as exportações brasileiras. O problema é que a crise mundial iniciada em 2008 ainda persiste (com muitas desigualdades) e os preços das commodities caíram muito, em especial, no início desse ano em que tiveram como média a queda no preço do minério de ferro de 48%; do petróleo de 50% e a da soja de 20%.

A consequência disso é que a balança comercial teve um déficit (diferença entre o que exporta e o que importa) de aproximadamente 12 bilhões de reais. E os investimentos externos, desde 2012, vêm caindo, ainda que lentamente. A crise e as restrições impostas ao crédito têm nesses dois elementos sua explicação principal.

A balança comercial favorável e os investimentos externos foram os principais financiadores e impulsionadores da política de expansão do crédito. Portanto, nesse último período, a redução do crédito também está vinculada a isso, bem como uma maior dificuldade de consumo, para a classe trabalhadora, e não se trata de “vontade política”, mas de elementos da economia internacional e da própria crise do capital, isto é, qualquer governo da burguesia agiria da mesma maneira.

DEMISSÕES SÃO ESTRUTURAIS

Na crise de 2009, no Brasil, o governo Lula adotou como política a facilitação de crédito para as empresas, sobretudo na área de bens de produção (máquinas, etc.). Foram muitos empréstimos com taxas abaixo do mercado, longo prazo para pagar e outras facilidades. Para isso também aumentou o endividamento do Estado, pois buscava no mercado dinheiro (vendendo título da dívida pública) com pagamento de 11%, 12% e até emprestava a generosas taxas de 6%.

No primeiro momento aumentou a produção e gerou alguns empregos. Mas, logo apareceram as contradições tanto da política econômica do governo quanto do próprio mecanismo de funcionamento

do capital. Investimentos em bens de produção visam a aumentar a produtividade e esta faz diminuir a quantidade de força de trabalho empregada no processo produtivo, ou seja, pode-se produzir mais (ou até o mesmo) com um número menor de trabalhadores.

O processo de demissões em andamento no país tem a ver com esse processo: Restrições de crédito (diminuem as vendas) e aumento da produtividade (no caso das montadoras de automóveis, a capacidade instalada é para algo próximo de 5,6 milhões de veículos anuais considerando as instalações em andamento). Isso cria condições insolúveis nos marcos do funcionamento do capital.

Acreditamos que, por enquanto, não deve haver uma explosão do desemprego, mas é preciso entender que as demissões, tão necessárias para a burguesia em momentos de crise, não são somente decisões administrativas das empresas, são resultado dessa situação e da própria contradição do funcionamento do capital.

Não são demissões em uma ou outra empresa, são em ramos como o automobilístico que tem uma produção (e capacidade produtiva) muito acima da capacidade de o mercado absorver.

Entender essa situação é importante

DESEMPREGO CRESCENDO

O desemprego chegou a 7,9% (média entre homens e mulheres) no primeiro trimestre de 2015. Como sempre, o desemprego atinge mais as mulheres, com uma taxa de 9,6%.

A juventude é outro setor que sofre mais com o desemprego. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 17,6% estão sem trabalho. E em relação ao número total de desempregados no país 44% deles são jovens.

Em relação às taxas de desemprego no Brasil, os que desistiram de procurar emprego não são contados como desempregados. Dados oficiais do PNAD.



para nos prepararmos para enfrentar as demissões. O próprio funcionamento do sistema capitalista gera crises, mas os capitalistas se aproveitam das crises para aumentar o desemprego e ameaçar os nossos parcos direitos. Isso significa que as nossas lutas precisam se fortalecer para garantirmos o emprego e, ao mesmo tempo, os nossos direitos.

CONGRESSO E DILMA: AMBOS SÃO GESTORES DO CAPITAL

Uma questão em destaque na mídia é uma suposta "rebelião" do Congresso Nacional contra o governo Dilma. Os desonestos analistas burgueses apresentam as votações no Congresso (leia-se: aprovação de leis contra os trabalhadores) como se houvessem "dois poderes políticos opostos" e se a disputa ocorresse entre Cunha, Renan e Dilma.

Ainda que, em alguns momentos, as diferenças e interesses entre os grupos apareçam como disputa por uma melhor gestão, entendemos que ambos os poderes não são opostos, representam frações da burguesia e do capital e buscam adotar medidas que favoreçam suas frações, ou seja, a burguesia é favorecida sempre, por um ou outro setor, mesmo que haja mediações.

As mediações, em muitos momentos, ligadas às discussões sobre leis, medidas provisórias, etc. são no sentido de dar "forma jurídica" às decisões que já ocorreram no "mundo real" onde o capital submete tudo à sua vontade. Tanto o Congresso Nacional quanto Dilma recebem ordens diretas dos banqueiros, dos empresários, do agronegócio e outros ramos do capital.

Lembramos que senadores e deputados foram financiados por diferentes grupos empresariais (dos atuais 594 eleitos, 243 receberam juntos 50 milhões de reais de 8 empresas que fazem parte da "Operação Lava Jato").

Assim, as diferenças entre grupos estão relacionadas ao tipo e ao ritmo dos

ataques. É possível percebermos isso quando observamos que as medidas que visam garantir o caixa do governo (restrição para pensão por morte, seguro desemprego, PIS) e estão relacionadas ao ajuste fiscal (cortes de verbas nos serviços públicos) para pagamento da dívida têm como impulsionador o governo Dilma.

E as medidas que beneficiam mais diretamente os empresários são impulsionadas pelo Congresso Nacional, que tem apressado ou desengavetado casos como o do PL 4330/2004, que libera a terceirização para todas as atividades.

Quando insistimos que são gestores do capital não dizemos que há ampla unidade. O capital, mesmo sendo uma unidade, tem em seu interior frações distintas: industrial, comercial, rentista, agrário. Cada uma carrega em si os interesses gerais do capital, mas também os particulares.

Em momentos de crise, como a atual, cada fração busca determinar qual rumo tomar e para onde caminhar a fim de garantir a lucratividade e o capital. Essa disputa leva a certa crise de governabilidade, quanto aos rumos da gestão do capital.

Portanto, as disputas no parlamento dizem respeito aos interesses do capital e não aos interesses dos trabalhadores, que na verdade estão sendo as vítimas das medidas adotadas tanto pelo governo quanto pelo Congresso Nacional.

O PT FINGE QUE É CONTRA

As medidas contra os trabalhadores, o afastamento em relação aos problemas cotidianos da classe trabalhadora e o envolvimento em vários escândalos de corrupção têm sistematicamente enfraquecido o PT, a ponto de perder legitimidade em bases eleitorais históricas, como em grandes cidades industriais e capitais.

Esse enfraquecimento do partido, somado às medidas adotadas por Dilma (de aprofundamento do arrocho salarial e de ataques aos direitos) e à resistência dos trabalhadores (expressa no Dia Nacional de Paralisações, 15 de abril,

e as inúmeras greves no país) a esses projetos provocaram uma crise na bancada do PT e geraram reclamações e ausência de parlamentares nas votações, como o PL 4330/04 (da terceirização).

Mas, lembramos que essa crise é de alguns poucos deputados e senadores. O PT oficialmente está de acordo com as medidas do governo, pois na Câmara de Deputados a bancada aprovou as emendas provisórias 664 e 665 (seguro desemprego, PIS, benefícios previdenciários, etc.). No Senado, Humberto Costa é o principal articulador para a aprovação desses ataques contra os trabalhadores.

Pelo nível de rejeição, o PT tenta dizer para a população que é contra esses projetos e busca passar a imagem de que continua defendendo os interesses dos trabalhadores. Mas, na prática, é outra coisa. Ter votado contra o PL 4330, no caso do PT, não quer dizer muita coisa, têm vários setores (nem todos de esquerda) que são contra esse maldito projeto. O que diz muito é o fato de não fazer nada para mobilizar a classe trabalhadora para enfrentar nas ruas esse ataque, mesmo estando na direção de muitos sindicatos e da CUT.

Essa é mais uma demonstração de que o PT é uma das bases de sustentação do projeto do capital implantado no país. Lembrando ainda que os governos do PT fizeram também a Reforma da Previdência e beneficiaram empresas com redução do IPI, etc.

Dessa forma, mesmo com o enfraquecimento do PT no parlamento, o partido ainda é o condutor principal desse projeto do capital. Por isso a ideia do impeachment não se concretizou. As medidas necessárias para garantir à burguesia a lucratividade e o controle sobre o movimento social (movimentos

FAMÍLIAS ENDIVIDADAS

No Brasil, 59,6% das famílias estão endividadas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro. A parcela da renda comprometida com as dívidas chega a 30% como média.

No entanto, 20,7% das famílias endividadas têm mais da metade de sua renda comprometida com pagamentos de dívidas. E 6,2% das famílias não têm condições de pagar suas contas ou dívidas e 10,6% das famílias se declararam muito endividadas. Dados do Peic, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

populares, estudantil e CUT) legitimam o PT perante o capital.

INTERESSES GERAIS DO CAPITAL E A FRAÇÃO HEGEMÔNICA

Opinamos que uma das razões de o PT ser governo, sem sofrer grandes questionamentos da burguesia, foi a capacidade de “servir” a todas as frações do capital. Obras de infraestrutura para a construção civil, estímulos para o setor exportador, isenção de impostos para a indústria, expansão do crédito que ajuda a todos, mas em especial a burguesia comercial, empréstimos a juros abaixo do mercado, entre outras medidas. Esse foi o preço que o PT pagou para “ser aceito” e se integrar completamente a ordem capitalista no Brasil.

No entanto, não se pode negar que a base fundamental do projeto econômico no Brasil atende a satisfação da fração financeira do capital. Mas, é forçoso reconhecer que não se trata apenas de uma preferência do PT por esse setor, mas um processo objetivo. Ao se integrar ao Estado capitalista se impõe aceitar regras, já estabelecidas pela própria dinâmica do capital, e o PT aceitou todas elas, inclusive a da corrupção.

A preponderância do capital financeiro sobre os demais ramos do capital, sobretudo a partir dos anos 70, significa que as finanças passam a ser não um suporte para o capital se valorizar (como era nos primórdios com a burguesia bancária), mas sim uma força tal que “puxa” os demais capitais, sendo a mais-valia apropriada no processo produtivo direcionada também para “investir” em ações no mercado financeiro, em especulação, etc.

O acúmulo gigantesco de capitais e o tamanho das empresas fazem dessa fração do capital uma força material capaz de subordinar o Estado às suas necessidades. O tamanho da dívida pública do Brasil (no governo petista cresceu como nunca) é o reflexo direto do controle das empresas financeiras sobre o Estado. Exemplos são os cortes anunciados pelo governo em diversos serviços (Educação, Saúde, obras, etc.), sem mexer uma vírgula nos recursos do Orçamento federal, destinado ao pagamento da dívida.

A existência de frações e também de seus interesses particulares não quer dizer que algumas delas podem ser mais

vantajosas para a classe trabalhadora. São Interesses particulares, que dependem da exploração da força de trabalho para manterem seus lucros. É um processo objetivo, para além dos interesses particulares de cada capitalista.

A imposição do capital financeiro sobre as demais frações (a taxa de juros muito alta, por exemplo) é também uma imposição do capital de conjunto sobre a classe trabalhadora. Caso, eventualmente, haja a redução da lucratividade – queda da taxa de lucro – por conta desses altos juros, esses burgueses adotam medidas (com a participação direta das instituições estatais burguesas: parlamento, judiciário, etc.) para recompor a sua lucratividade, ou seja, a ofensiva da fração financeira significa mais exploração contra os trabalhadores.

COMO A CRISE ATINGE A CLASSE TRABALHADORA?

Vivemos um momento de ofensiva da burguesia, que se apresenta, especialmente, em duas frentes: 1) nas fábricas com as demissões ou a imposição (por ameaça de demissão) de acordos que tiram direitos e até reduzem salários e a continuidade da reestruturação produtiva (fusão de empresas, substituição de trabalho vivo por morto, etc.) e 2) no parlamento e Dilma que atacam a legislação e os direitos trabalhistas.

E se no ciclo anterior o ataque aos direitos foi menor em alguns setores de emprego formalizado (metalúrgicos, por exemplo) no atual momento o ataque é generalizado e atinge setores que antes tiveram direitos preservados. As MPs 664 e 665 e o PL 4330/2004 são medidas que atingem o conjunto da classe trabalhadora, do setor privado e público.

O desemprego (ou a ameaça), a retirada de direitos, o endividamento e o comprometimento da renda familiar são algumas das consequências da crise

recessiva sobre os trabalhadores. A burguesia, como classe dominante e controladora do Estado, ainda consegue adotar medidas para manter sua lucratividade e joga sobre a classe trabalhadora os efeitos da crise, criada pelo próprio sistema.

AS LUTAS E A NECESSIDADE DE UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

Também tem sido parte da conjuntura um crescente aumento da resistência contra toda essa situação, que se expressa no aumento das greves (no setor privado e público) e das ações dos movimentos populares com ocupações urbanas. São lutas em defesa do emprego, por reajuste salarial, contra o corte de direitos, por moradia, etc.

Nesse último período, os professores foram, sem dúvida nenhuma, a vanguarda das lutas. Professores municipais e estaduais lutam pela valorização da carreira e por melhores condições de trabalho, como os do Paraná com importante adesão e repercussão capazes de fazer com que o governo Richa (PSDB) mergulhasse em uma profunda crise depois da brutal repressão à luta, que resultou em mais de 200 feridos pela Polícia Militar.

Essas greves e mobilizações conseguiram empurrar as direções sindicais para a realização de um Dia Nacional de Paralisações, 15 de abril, com atos na maioria das capitais do país. O mesmo ocorrendo para o 29 de maio, com várias ações dos movimentos.

Como a tendência é de agravamento dos elementos de crise por conta das contradições que cada medida do governo carrega, o mais provável é que tenhamos o aumento das lutas. No mês de maio temos a campanha salarial dos trabalhadores do Metro e da CPTM/SP, para o mês de junho a luta do funcionalismo público federal, com greves de professores e técnicos das universidades federais.

Uma questão colocada como fundamental nesse processo, que o Paraná já indicou, é a necessidade de radicalizar as lutas, bloquear as ruas/rodovias, organizá-las em cada local com a formação de Comandos de Greve, buscar apoio da população e/ou outros setores de trabalhadores, enfim, medidas que façam ampliar cada luta no sentido de construirmos a greve geral.



PROBLEMA ESTRUTURAL: CONSTRUIR SAÍDAS TAMBÉM ESTRUTURAIS

Está bem explícito a “radicalidade” da burguesia para preservar os seus lucros. No Congresso, nas medidas econômicas do governo e nas demissões que se alastram.

E radicalidade deve ser enfrentada com radicalidade. Do lado dos trabalhadores a radicalidade somente se expressa com ações que atingem o coração da economia capitalista, a produção e circulação de mercadorias, como greves, bloqueios de rodovias, etc. E também com propostas que enfrentem, de um ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, todas essas medidas.

O que temos visto é que as direções sindicais, incluindo as de esquerda, insistem em se manter nos limites de discussões administrativas ou dentro da ordem (reivindicação de investimentos na cidade, etc.) e se aproveitam para apresentar propostas, como faz a CUT, de um “Plano de proteção ao emprego” com redução da jornada de trabalho e redução dos salários.

O caso das demissões nas Montadoras é exemplar. Diante de ameaça de demissões, os acordos de férias coletivas e layoff têm sido apresentados como vitória da categoria, sendo que, na verdade, o máximo que se faz é empurrar o problema para depois.

A atual configuração do capital (de crise estrutural) indica, cada vez mais, para o aprofundamento da exploração sobre o trabalho (desemprego, redução de salário, retirada de direitos, etc.). As nossas lutas enfrentam o desafio de avançar para além das reivindicações econômicas, por um programa que questione o sistema de conjunto.

Entendemos que a forma de reduzir o desemprego é com a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários. As empresas continuam lucrando e se demitirem em massa devem ser estatizadas (sob controle dos trabalhadores). A solução para os problemas do corte de verbas na Educação, Saúde, etc. é não pagar a dívida pública. Não temos motivos para que as ações da classe trabalhadora sejam limitadas aos lucros das empresas, nós produzimos e as crises não são criadas por nós. Precisamos resolver todos esses problemas considerando as necessidades dos trabalhadores e não do empresariado.

Assim, contribuir para o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, a fim de que compreenda que esses problemas não serão solucionados dentro do capitalismo e nos seus moldes, que a burguesia é nossa inimiga, é fundamental. Mas, não podemos esperar que governo, Congresso Nacional, partidos da burguesia e direções sindicais governistas e pelegas busquem amenizar os problemas da classe trabalhadora. A nossa luta precisa ser cada vez mais intensa, organizada, em unidade e com o objetivo radical de transformação dessa sociedade.

A tarefa de radicalização das lutas imediatas combinada com soluções estruturais, historicamente, cabe à esquerda revolucionária. E nesse momento da luta é imprescindível que se construa um Encontro Nacional de Ativistas a fim de unificar e intensificar as lutas e aprovar um Programa de Luta que fortaleça os trabalhadores em cada local de trabalho, estudo, moradia para buscarmos barrar as demissões, os cortes de direitos e a ofensiva da burguesia com o respaldo das direções sindicais governistas e pelegas.

OS INSTITUTOS, A METODOLOGIA E OS DADOS SOBRE O DESEMPREGO

As divergências sobre os vários índices relativos ao desemprego têm a ver com a metodologia da pesquisa.

O IBGE passará a utilizar somente a PNAD Contínua (mas ainda não está definido quando, pois interessa mais ao governo a PME porque os seus índices geralmente estão abaixo dos demais) e é importante sabermos a diferença entre elas. Além dessas duas há ainda a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). E a PNAD Contínua vai substituir as duas.

Por exemplo: quando estávamos fechando essa edição, o IBGE anunciou os dados do desemprego pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego) de abril: 6,4%. Índice bem menor do que o da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) divulgado no primeiro trimestre, de 7,9%.

A PME entrevista pessoas em 44 mil domicílios, em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A Pnad coleta dados anualmente em 147 mil domicílios, em 1.100 municípios. Já a Pnad Contínua é trimestral, mais abrangente, pois a pesquisa é realizada em 211 mil domicílios, em 3.500 municípios.

Outra diferença é o conceito de desocupação. Para a PME, somente era considerada desempregada a pessoa que, além de estar sem trabalho e disponível para entrar no mercado, havia procurado emprego nos últimos 30 dias. Já para a PNAD Contínua, estar sem ocupação e ao mesmo tempo disponível para um emprego é o suficiente para a pessoa ser considerada desocupada.

Além dessas pesquisas mais controladas pelo governo, há também a pesquisa do DIEESE (em convênio com a SEADE e outros órgãos), que geralmente apresenta índices diferenciados e independentes do governo, como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), domiciliar, realizada mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte e no Distrito Federal. Na taxa de desempregados leva em conta também as pessoas que, embora estejam sem emprego, realizam atividades irregulares (estes são, pelo IBGE, considerados empregados).



AS GREVES DOS PROFESSORES, SEUS DESAFIOS E LIMITES A SEREM SUPERADOS

O país vive inúmeras greves e mobilizações de professores de Educação Básica que afetam os estados e municípios e apresentam diversos aspectos comuns, sobretudo, no que se refere às consequências das medidas de ajuste fiscal adotadas pelos governos municipais, estaduais e federal. Na edição 77 de nosso jornal, discutimos como "Os professores do ensino público enfrentam a austeridade dos governos".

Nos últimos meses ocorrem ou ocorreram greves nos estados de São Paulo, Pará, Paraná, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e nos municípios de Maceió, João Pessoa, Macapá (PSOL), São Bernardo do Campo, Santarém, entre outros. Além de outras mobilizações que podem desencadear em greves. Destacamos o Paraná que no início desse ano fez uma greve de mais de 30 dias em função de atrasos dos salários, corte de verbas e as alterações na legislação previdenciária que prejudicaram o Plano de Carreira da categoria, tendo retomado novamente a greve em 27/abril. Além disso, atualmente, os docentes, nos vários locais, sofrem uma das piores repressões governamentais que busca silenciar o movimento, inclusive o corte de ponto, além do bloqueio da grande mídia.

Como característica comum, as greves são duradouras e enfrentam vários desafios: cortes de verbas para a Educação pública, perdas salariais, piora das condições de trabalho, retirada de direitos conquistados historicamente e ataques à aposentadoria.

Os ataques citados se aprofundaram a partir dos anos 1990, com as medidas neoliberais do Banco Mundial e FMI, no bojo da "reforma do Estado brasileiro" (termo muito utilizado nesta década). A partir desse contexto, passamos a conviver com a reversão e restrição de inúmeras conquistas políticas e sociais resultantes das lutas empreendidas pelos trabalhadores, sobretudo, nos anos 1980.

A partir da perspectiva do Estado burguês a reforma trouxe consigo:

"(...) a difusão das ideologias correlatas: formação com base em competência; as noções de

empregabilidade, de meritocracia, enxugamento de conteúdos e de ênfase na aprendizagem; enfim, de propostas pedagógicas que visam fazer da educação um campo também organizado de acordo com a 'flexibilidade' do mundo produtivo e do padrão de acumulação de capital no contexto da mundialização." (Minto 2014, p. 283)

O aprofundamento da reforma nos anos 1990 se concretiza recentemente no Projeto de Lei no 4330/2004 – o PL da terceirização – e nas Medidas Provisórias no 664 e 665 que limitarão o acesso ao seguro desemprego, ao abono salarial, ao auxílio doença e às pensões por morte.

Nesse momento importa-nos discutir as dificuldades enfrentadas pelas greves dos professores da Educação pública e os possíveis enfrentamentos ao projeto educacional do capital. Nas últimas décadas a Educação tornou-se centro da pauta empresarial – como os movimentos "Todos pela educação" e "Parceiros da educação" – e ganhou visibilidade na mídia em virtude de sua ligação com os interesses da ordem burguesa. O acirramento de interesses fica cada vez mais claro: de um lado o sucateamento de serviços e do outro a reivindicação e luta por melhores condições.

ALGUNS ASPECTOS DO PROJETO EDUCACIONAL DO CAPITAL PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O projeto do capital para a Educação pública visa ajustar, enquadrar e efetivar na esfera pública as leis do capital como competitividade, adaptação e punição individual e até demissão dos funcionários públicos por insuficiência de desempenho. Nesse sentido, com a reestruturação produtiva e o avanço da ideologia neoliberal, adapta-se a formação intelectual dos alunos às necessidades do capitalismo.

Tais nuances do projeto educacional capitalista atingem alunos e professores, com o discurso falacioso da meritocracia. De acordo com esse ideário os alunos "mais capazes" teriam acesso a escolas de tempo integral e melhores oportunidades de aprendizado e emprego. Para os professores, a ilusão

excludente das "bonificações por mérito" e a de que mesmo com o corte de verbas e o agravamento das condições de trabalho e da carreira, devemos "fazer a diferença" mesmo que confinados em salas superlotadas.

Também se deve considerar que a microeletrônica e a informática exigem dos trabalhadores mais "atributos intelectuais" e "psicossociais" do que esforços físicos. E, que "(...) o sistema produtivo necessita apenas de uma pequena parcela de trabalhadores 'estáveis' combinada com a grande massa de trabalhadores de tempo parcial, terceirizados, ou aqueles que, por não serem imediatamente necessários à produção, são compelidos a ser trabalhadores independentes (...)" (Frigotto 2014, p. 47 e 48).

Portanto, nessa forma de sociedade, não há espaço para todos no mercado de trabalho, nem para os atuais professores e nem para a imensa maioria dos alunos de escolas públicas, que estarão fadados à prática de "bicos". O Projeto Educacional do Capital visa também preparar essa parcela da força de trabalho justamente para a superexploração e a conformação a essa situação como expressão de sua própria incapacidade individual ou como problemas de gestão que possam ser modificados apenas com o exercício do voto ou de projetos que não confrontem as relações de poder. Qualquer chamado a exercer criticamente a participação e o questionamento é duramente impedido ou reprimido.

O MÉRITO É ELEMENTO QUE SE CONTRAPÕE ÀS LUTAS DOS PROFESSORES

O "otimismo pedagógico" baseado no "princípio dos desempenhos individuais" dominou a Educação pública, afetando a classe trabalhadora, que usufrui de tal serviço.

Nota-se o reforço do individualismo, do particularismo e da fragmentação contra os valores do bem comum, da solidariedade e dos direitos sociais respaldando principalmente um ensino sistemático e alienador apenas para que os alunos atinjam as metas das avaliações externas e do "promissor" mercado de

trabalho.

Sendo assim, estamos diante de uma ofensiva cultural, ideológica e prática – que deu um salto no Brasil nos anos 1990 e que procura apagar da memória coletiva (...) “os processos de luta e as conquistas obtidas (...) que, em algumas ocasiões, chegaram a questionar o sistema de dominação política e, em outras, até o próprio ordenamento social e econômico, evidenciando suas contradições, injustiças e arbitrariedades.” (Suárez 2007, p. 256).

Por trás do mérito individual, procura-se colocar as concepções conservadoras de direita, como determinantes para obtenção de uma Educação pública de qualidade. No entanto, esconde-se o real objetivo ideológico do projeto capitalista de Educação pública que visa à exclusão e preparação de uma mão de obra “qualificada” para os subempregos contemporâneos.

O ENDIVIDAMENTO DOS PROFESSORES

Os professores de Educação Básica estão com os salários defasados em comparação com as demais categorias que possuem curso superior, tanto no funcionalismo público, como no setor privado. Isso decorre da política de arrocho salarial que nos atinge e das contínuas políticas de aperto fiscal para pagar a Dívida Pública, que dá saltos a cada ano. Em 2015, o serviço da Dívida consumirá R\$ 1,35 trilhão ou 47% do Orçamento da União.

Com o agravamento da crise mundial a partir de 2008, veio se somar mais um elemento a partir do modelo econômico adotado em nosso país que é superendividamento das famílias, fator que atingiu amplamente os professores. Envergonhados, assumem sua condição precária apenas nos “bastidores das escolas”, nos corredores, na sala dos professores, nas entradas e saídas de cada período. Mas, na hora de ampliar e massificar as adesões às greves o superendividamento dos professores torna-se mais um obstáculo a ser superado.

A DESCONFIANÇA COM AS DIREÇÕES SINDICAIS E A DIFICULDADE NA MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Inúmeros são os relatos de traição das direções sindicais às lutas dos

professores. Por exemplo, em 2013, vimos a presidente da APEOESP – Sindicato dos Professores de Rede Oficial do Ensino Público de São Paulo – encerrar uma greve mesmo quando a maioria em assembleia votou pela continuidade. Como consequência de suas “manobras” os professores em momento de desaprovação utilizam-se do “fora Bebel” para questionar a intransigência da liderança sindical ou até mesmo como denúncia de “possíveis manobras”.

Os questionamentos não ocorrem apenas em São Paulo, mas em todo o país e com as mais diversas frentes sindicais.

Os questionamentos e desconfianças recaem também sobre as maiores correntes de Oposição, pois, em alguns casos, se demonstram atreladas, dependentes dos aparatos sindicais e dos acordos com as correntes burocráticas, até mesmo para conseguir espaços de intervenção. Além disso, estão presas às formas de lutas do passado e fecham os olhos para a nova realidade de greves e lutas dos professores o que, muitas vezes, as têm levado a ficar para trás ou mesmo contra as ações mais radicalizadas, que extrapolam os marcos do previsível ou do previamente acordado como os bloqueios de rodovias e vias de grande circulação, ocupações de espaços, etc. As maiores correntes de esquerda (PSOL e PSTU) não têm tido política para essas ações e quando essas ocorrem, geralmente, se colocam na retaguarda ou mesmo contrárias, alegando que são ações apenas de vanguarda. Com isso deixam de contribuir para que o movimento generalize essas ações e avance em sua experiência e organização. Também deixam de se apresentar como alternativa prática real perante as novas gerações de ativistas que surgem e fazem suas experiências contra as direções burocráticas e governistas da maioria dos sindicatos.

Cada vez mais é preciso uma organização da esquerda de forma consequente em correntes que tenham independência real dos aparatos, que combata e, ao mesmo tempo, se precavenha das várias formas de burocratização e do afastamento das lideranças da realidade da categoria, com total independência frente às direções sindicais burocráticas e governistas, sem

acordos de conveniência e com diferenciação política no discurso, mas, também na prática.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA É PRIORIDADE PARA OS TRABALHADORES E SEUS FILHOS

A Educação pública deve ser uma prioridade de toda a sociedade e exige esforços coletivos na luta, não apenas dos professores, mas de estudantes e pais.

A luta por melhores condições de trabalho do docente e a defesa de uma Educação de qualidade que atenda aos interesses dos trabalhadores e seus filhos, só terão êxito se os trabalhadores, os diversos movimentos e, especialmente, os diversos sindicatos e centrais sindicais antigovernistas assumirem a luta da Educação como pauta comum nas diversas categorias.

O apoio das entidades antigovernistas e anticapitalistas deve se expressar tanto de modo direto com a solidariedade real, paralisando seus trabalhos por algum tempo para ter efeito real sobre os governos e o capital como participação nos atos e manifestações.

Devemos construir a greve geral da Educação pública, como parte de uma greve geral de todas as categorias de trabalhadores. É necessário lutarmos contra o aprofundamento da “reforma do Estado brasileiro”, que só retira dos trabalhadores.

Além disso, temos que ter como estratégia que os trabalhadores e seus filhos controlem coletivamente a Educação pública, a coloque de acordo com as suas necessidades e a serviço da construção de uma sociedade que beneficie o ser humano e não a necessidade das empresas e capitalistas. Com uma pedagogia que possibilite o desenvolvimento contínuo da consciência de luta e socialista para transformar esse mundo de injustiças!

Recomendamos a leitura da Revista Primavera Vermelha, nº 3, que aprofunda as discussões acerca do Projeto educacional do capital e sua crise, a superação da Educação e a divisão social do trabalho, os sentidos da política educacional na contemporaneidade, a repressão nas escolas e universidades, entre outros temas. Além da nossa Tese para o Encontro Nacional de Educação, “Educação contra o Capital!” (www.espacosocialista.org)

SAÚDE AMEAÇADA: TRABALHADORES DO BANCO DO BRASIL TAMBÉM ENFRENTAM AUSTERIDADE

THAIS - BANCÁRIA DO BANCO DO BRASIL

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, a CASSI, foi criada há quase um século pelos trabalhadores do Banco do Brasil, como resultado da solidariedade, capacidade de unidade e organização construídas pelo movimento dos trabalhadores da categoria.

Foi a CASSI que garantiu a assistência à saúde dos bancários do BB, frente à falta de serviços públicos que atendessem às necessidades dos trabalhadores de conjunto.

Ao longo dos anos, com o aprofundamento geral da lógica de sobreposição dos interesses privados sobre os interesses públicos, a CASSI foi incorporada ao Banco do Brasil e é hoje uma empresa autônoma, sustentada por contribuições do banco e dos funcionários. Tem uma gestão partilhada, ou seja, o Banco também (e é quem mais) determina atualmente os seus rumos.

Em 2007, os funcionários do BB passaram a se deparar com a imposição de terem que pagar em coparticipação consultas, exames e procedimentos. Ao compararmos com o valor de um convênio médico hoje, poderíamos dizer que os custos são considerados baixos e, de fato, a arrecadação pode até ser considerada pequena se comparada com a inflação geral, mas ao considerarmos os baixíssimos salários, torna-se o máximo que um bancário do BB pode pagar.

Em um momento decisivo para os governos, em particular no Brasil, vemos diversos ataques aos direitos dos trabalhadores. Para salvaguardar os lucros as empresas demitem, os governos retiram direitos e fazem cortes nas áreas sociais, o que faz com que a crise somente afete, de fato, os trabalhadores. Enquanto isso, os lucros dos empresários são poupados e em alguns casos até aumentam, como é o caso do Banco do Brasil. Nesse primeiro trimestre o banco anunciou um lucro de R\$ 5,8 bilhões, 117,3% a mais em relação ao mesmo período de 2014.

Nesse contexto de ataques em 2015 foi anunciada recentemente a existência de uma crise na CASSI. O Banco alega que caso nada seja feito as reservas da Caixa de Assistência se esgotarão em Agosto.

Dançando conforme a música dos patrões em geral, a Direção do BB iniciou, desde Março, uma ofensiva para jogar os problemas de arrecadação da CASSI nas costas dos bancários.

Essa ofensiva se concretizou em uma proposta do banco para resolver a suposta crise. A proposta é astuciosa e não coloca o aumento da contribuição por parte dos funcionários como a proposta principal, pois seria, com certeza, rechaçada pelos bancários.

O banco possui um provisionamento de cerca de 5,8 bilhões para garantir a assistência à saúde dos trabalhadores que se aposentam. A proposta do banco é criar um fundo para esse valor, que seja liberado para que a BBDTVM (Empresa subsidiária do banco) – a mesma que aplica valores destinados ao lucro dos acionistas da empresa, que opera visando meramente o lucro e com distinta lógica para uma caixa de assistência – aplique no mercado financeiro, inclusive em ações.

Além disso, o banco propõe que, caso haja déficit em um ano, o valor seja rateado no ano seguinte, em 12 parcelas, para todos os funcionários, apurado individualmente pela quantidade de dependentes vinculados. Como alternativas a isso, propõe ainda implementar uma contribuição por dependentes.

Contribuímos com 3,0% do nosso salário para compor a arrecadação. No entanto, a categoria de bancários já acumula atualmente cerca de 90% de perda salarial, resultado do arrocho de décadas.

Portanto, a única alternativa que encontramos para aumentar a arrecadação da CASSI é o aumento salarial. Mas, infelizmente, o Banco acena na direção contrária e ameaça cortar direitos mesmo com esse intenso aumento nos lucros.

Esse tipo de ameaça aos direitos à saúde dos trabalhadores se alastra por diversas categorias. Isso vem acontecendo com os trabalhadores da Caixa Econômica Federal e dos Correios, também com enormes déficits jogados em suas costas. Os Hospitais Universitários – que além de referência em pesquisa na área da Saúde, são alternativa pública de atendimento para trabalhador que é obrigado a utilizar o SUS – também sofrem há algum tempo incisivas ameaças com a tentativa de terceirização pela implantação da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). No Estado de São Paulo, o governo também vem sucateando o IAMSPE (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público) e os funcionários públicos estaduais têm sofrido as consequências com a qualidade e corte de serviços.

Participando de tudo isso, o Governo Federal dá passos e anuncia em Maio o corte de mais de R\$ 11 bilhões para Saúde.

Essa situação demonstra que, nos momentos de ameaça aos lucros da patronal, o capitalismo só tem a nos oferecer a miséria. Temos que ter claro também nesse debate qual deve ser o nosso lado na sociedade.

Para salvar a CASSI – entre diminuir o lucro do Banco do Brasil, por exemplo, e retirar do já humilhante salário dos bancários – defendemos o aumento dos salários de quem faz o banco funcionar, os trabalhadores, e que se retire o que for preciso do lucro dos acionistas. Nas demais categorias é preciso pensar também formas semelhantes para manter os serviços de saúde dos trabalhadores.

Não podemos arcar com a crise dos patrões, muito menos à custa de nossa saúde e de nossas vidas! Não vamos arcar com os déficits das Caixas de Assistência, enquanto os empresários triplicam seus lucros! Não vamos arcar com o sucateamento da Saúde pública, enquanto o Governo favorece os empresários! Em defesa dos direitos dos trabalhadores de todas as categorias, enfrentar na luta os ataques já!



SWISSLEAKS: CAI MAIS UMA MÁSCARA DA BURGUESIA

Em fevereiro de 2015 foi divulgada uma lista com os nomes de 100 mil pessoas e 20 mil empresas que movimentaram cerca de 180 bilhões de euros em contas secretas na filial suíça do banco HSBC, no período de 1988 a 2007. A lista foi entregue a autoridades francesas em 2009 por um ex-funcionário da área de informática do banco, o italiano Hervé Falciani. O vazamento da lista foi feito por uma organização chamada Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ na lista em inglês), que compilou os resultados do trabalho de 130 jornalistas em 45 países. O escândalo foi chamado de "Swissleaks". Foi o maior vazamento de informações sobre contas secretas na Suíça até hoje.

O sistema de contas secretas permite que qualquer indivíduo deposite qualquer quantia num banco, sem precisar declarar a origem do dinheiro, recebendo apenas um número de identificação da conta. Esse sistema é característico da Suíça, onde se instalam bancos especializados nesse tipo de operação. O HSBC, o segundo maior banco do mundo, é apenas um dos bancos que fazem esse tipo de serviço. Portanto, podemos suspeitar que o escândalo Swissleaks é apenas a ponta do iceberg.

A SUÍÇA LAVA MAIS BRANCO

Há 25 anos o ativista suíço Jean Ziegler denunciou no livro "A Suíça lava mais branco" o funcionamento dos bancos suíços e seu papel na lavagem de dinheiro sujo proveniente de crimes praticados no mundo inteiro. Em resposta, Ziegler, que era membro do Parlamento, teve sua imunidade cassada, foi alvo de processos por difamação, ameaças de morte, multas milionárias que tem que pagar até hoje, perdeu sua casa e está foragido do país, vivendo como funcionário da ONU.

Os bancos suíços, entre eles a subsidiária do HSBC, orientam seus clientes milionários a transferir seu dinheiro para paraísos fiscais, e de lá levá-los para as contas secretas. Paraísos fiscais são países minúsculos, como Ilhas Caimã ou Ilhas Virgens Britânicas, que não cobram impostos de estrangeiros que abrem empresas para trazer seu dinheiro. Milionários do mundo inteiro e grandes

empresas abrem filiais de fachada em paraísos fiscais, transferem o dinheiro de seus países de origem para essas filiais e de lá para a Suíça. Segundo Ziegler, o esquema começou na 2ª Guerra Mundial, quando a Suíça foi neutra, mas ajudou os nazistas a esconder dinheiro roubado de toda a Europa. Ainda segundo o ativista, 27% da riqueza mundial está depositado em bancos suíços.

O sistema de contas secretas permite acobertar vários tipos de crimes. O principal deles, e que talvez seja o responsável pelo maior volume depositado na Suíça, é o de sonegação fiscal. Ou seja, dinheiro que deveria ter pago impostos nos países de origem, mas que é transferido por empresas e pessoas físicas para o exterior, a fim de evitar a tributação. Enquanto os pobres e os trabalhadores não deixam de pagar seus impostos diretos e indiretos, os ricos e super ricos, que tem acesso a esse tipo de esquema, podem transferir seu dinheiro para o exterior. Com isso, quem sofre são os serviços públicos, que deixam de receber o dinheiro que poderia financiar a saúde, a educação, moradia, transportes, etc.

QUEM TEM CONTAS NA SUÍÇA

A sonegação fiscal é o crime de esconder dinheiro de origem legal, de maneira ilegal, para não pagar impostos. Mas além dela, os bancos suíços recebem também dinheiro de origem diretamente ilegal. Por exemplo, o dinheiro da corrupção. Ditadores como o sanguinário "Baby Doc" Duvalier do Haiti, ou Aziza Kulum, responsável pela guerra civil em Burundi nos anos 90, escondiam seu dinheiro na Suíça. Políticos corruptos do mundo inteiro, como o brasileiro Paulo Maluf, também têm contas na Suíça. Além disso, criminosos notórios, como traficantes de drogas, ou de armas, de órgãos humanos, de escravos, etc., podem chegar na Suíça com uma mala de dinheiro e abrir uma conta secreta, sem ter que responder perguntas. Isso facilita também a transferência de recursos usados em ações terroristas.

Em 2008, durante a crise mundial, no auge da indignação pública contra os bancos que foram o estopim da crise, os Estados Unidos pressionaram a Suíça para acabar com o sistema de contas

secretas, sob pena de não poder operar mais em Wall Street. Mas a medida, se vier de fato a acontecer, só terá efeito a partir de 2018. O HSBC alega que mudou suas práticas a partir de 2007, por isso a lista do Swissleaks revela apenas as operações feitas até aquela data. Mesmo assim, é razoável supor que operações semelhantes continuem sendo feitas por outros bancos, por pessoas dessa mesma lista ou outras ainda não reveladas. O governo francês está de posse da lista há vários anos e somente agora ela foi divulgada.

O BRASIL NA LISTA

O Brasil é o 4º país com o maior número de nomes da lista, com cerca de 7.000 pessoas, que movimentaram aproximadamente R\$ 20 bilhões. Esse valor é praticamente o mesmo que o governo quer obter com as medidas provisórias 664 e 665, que reduzem os pagamentos do Seguro Desemprego, abonos do PIS e pensões por mortes. Ou seja, o governo não precisaria cortar dinheiro dos trabalhadores. Bastaria recuperar o que foi enviado ao exterior por esse seletivo grupo de correntistas.

A lista do Swissleaks está provocando escândalo no mundo inteiro, por envolver, além de políticos e criminosos, celebridades como o piloto Fernando Alonso, o ator Christian Slater, o jogador Diego Forlán, etc. Mas no Brasil, curiosamente, reina um estrondoso silêncio. Não fosse pela ação de blogueiros e jornalistas independentes, não saberíamos que figuras como a família Steinbruch, controladores da CSN, a família Queiroz Galvão, da empreiteira homônima, a família Safra, do banco também homônimo, estão na lista. Também fazem parte dela Pedro Barusco, delator da Petrobrás, e também os engenheiros envolvidos no cartel da CPTM e Metrô de São Paulo. Muitos dos que aparecem na lista são doadores de campanhas eleitorais, a maioria do PSDB, mas também do PT.

O que explica o silêncio sobre a lista no Brasil é o fato de que boa parte dos donos da mídia também está na lista. As famílias Marinho, da Globo, Saad, da Bandeirantes, Bloch, da extinta Manchete, Frias da Folha de São Paulo, Masci de Abreu, da rede CBS de Rádio,

Queiroz, donos de TVs no nordeste, além de jornalistas, o apresentador Ratinho, etc., todos têm ou tiveram contas na lista do HSBC. O jornalista Fernando Rodrigues, do UOL, que recebeu a lista completa do ICIJ, ainda não a divulgou.

A moral dessa história é que o sistema capitalista não tem nenhuma moral. A lei só vale para os que não podem pagar por ela, os trabalhadores. Quem pode pagar

compra advogados, juizes, auditores, autoridades, gerentes, e esconde seu dinheiro na Suíça e paraísos fiscais. Podemos também concluir que toda “guerra às drogas” e “guerra ao terror”, é uma fachada, pois sem fechar os canais de financiamento dessas atividades é impossível combatê-las. E esses canais jamais serão fechados, pois toda a classe dominante os utiliza. Praticamente toda a

burguesia, os grandes empresários, donos de indústrias, latifundiários, redes de serviços e comércio, etc., todos sonogam impostos e desviam o dinheiro. Sem esse tipo de esquema, a burguesia não poderia desfrutar de sua riqueza. Como diria Orwell, todos são iguais perante a lei, “mas alguns são mais iguais que os outros”.

POR QUE AS REVOLUÇÕES NÃO LEVARAM À SOCIEDADE SOCIALISTA?

A QUESTÃO É MAIOR DO QUE SUA APARÊNCIA

As revoluções são um fenômeno histórico para a humanidade. A primeira foi a Revolução Inglesa, entre 1642 e 1688. A segunda, mas a primeira com impacto mundial, foi a Revolução Francesa entre 1789-1815. O século 19 conheceu vários períodos revolucionários, o mais intenso deles foi o de 1848-52, quando pela primeira vez o proletariado e a burguesia entraram em um aberto conflito. Depois, viria a Comuna de Paris (1871).

Contudo, o maior e mais intenso período revolucionário da história é aquele que se inicia com a Revolução Russa de 1905 e se estende até o final da Revolução Chinesa (1949). Essa é uma fase da história em que há revoluções em todos os continentes, exceto a Oceania. Movimentos revolucionários – e mesmo revoluções – tiveram lugar em países mais avançados, com um proletariado significativo (Revolução Alemã, Espanhola, Greve de 1936 na França, resistência contra os nazistas no final da II Guerra Mundial) e em países muito menos desenvolvidos no sentido capitalista (como a China, a Índia e o Paquistão, o México); táticas e estratégias revolucionárias, as mais diversas, foram surgindo e se desenvolvendo segundo as necessidades de cada situação (stalinismo, maoísmo, autonomismo, titoísmo, trotskismo, leninismo, anarquismo etc.) – e também foi nesse período que conhecemos a primeira organização verdadeiramente mundial dos trabalhadores, a III Internacional ou Internacional Comunista. Contava com partidos em praticamente todos os países

do mundo e, em vários deles, tinha os mais importantes partidos de base operária (França, Alemanha, por exemplo). Foi, ainda, esse período que assistiu ao amadurecimento ideológico e teórico da geração de revolucionários mais significativa da história, com Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Bukharin, Preobrajensky, Radek, Riazanov e, também, da geração seguinte, marcada principalmente por Gramsci e Lukács. De todas as revoluções, a mais importante foi a Revolução Russa de 1917. Não apenas por ter sido a primeira com um vasto impacto em todo o planeta, mas também porque, em poucas décadas, elevou a URSS à segunda potência mundial.

A questão, portanto, é de uma importância enorme: por que foram derrotadas (no sentido de não abrirem a transição ao comunismo, através do socialismo) todas as revoluções do maior período revolucionário que a humanidade jamais conheceu, com uma geração de teóricos e dirigentes que até hoje não foi superada por nenhuma outra? Por que nenhuma das revoluções que colocaram os revolucionários no poder pôde superar o capital?

O REINADO DA CONFUSÃO

Os revolucionários que viveram esses anos foram sendo surpreendidos por inesperadas evoluções dos processos revolucionários em andamento. A previsão de Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, etc. de que o poder revolucionário, na esfera da política, se caracterizaria pelo gradual, porém

As revoluções do século XX ainda são objeto de balanço na Esquerda. Nessa edição, a contribuição para formação, Sérgio Lessa nos “provoca” – de forma introdutória – sobre as razões de, mesmo com várias revoluções, ainda não termos conhecido a sociedade socialista. Debate fundamental para pensarmos a Revolução e os desafios que temos para contribuir com a sua efetivação. Reiteramos que o Espaço Socialista ainda não tem um balanço “oficial” sobre as revoluções do século XX em sua totalidade, de modo que não são, necessariamente, todos os militantes que têm acordo com as proposições do companheiro Lessa. Um debate ainda aberto, mas fundamental para contribuir com a formação teórica dos militantes e ativistas.

acelerado, desaparecimento do Estado, das classes sociais, da família monogâmica e dos países (tratamos disso em “O que é o socialismo?”), era sistematicamente negada. As revoluções davam, seguidamente, origem a Estados ainda mais poderosos do que o das velhas classes dominantes, seus exércitos eram ainda mais fortes e maiores, a distância entre os dirigentes e os trabalhadores não parava de aumentar, a repressão política e a polícia política jogavam um papel cada vez mais importante na vida social.

Na esfera da produção, as coisas não caminhavam muito melhor: a propriedade individual foi substituída pela propriedade estatal, originando um gigantesco e poderoso aparato, unificado nacionalmente, com a força policial e política do Estado a lhe dar respaldo, de controle sobre os trabalhadores. O trabalho proletário que – como vimos em “O que é socialismo?” – funda o modo de produção capitalista, não apenas não era naqueles processos superados pelo trabalho associado, como ainda se expandia e passava a imperar em toda a esfera produtiva. Uma férrea ditadura, tanto na esfera da política quanto da produção, se contrapunha dolorosamente ao reino da liberdade e da pronta redução da jornada de trabalho propostas por Marx e Engels.

Ao mesmo tempo, pelos mesmos processos, os países que fizeram suas

revoluções conheceram um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, com uma não menos acelerada redução da miséria secular de seus povos. Poucas décadas depois das revoluções, as condições de vida e trabalho da vasta maioria dos soviéticos, chineses etc. haviam melhorado de forma muito significativa. Educação pública e universal, assistência médica para todos, casa e trabalho para todos etc. eram realizações efetivas. O apoio dos trabalhadores aos governos revolucionários – mesmo sendo ditatoriais e opressivos – era muito grande. Stálin era adorado pelos trabalhadores soviéticos, o mesmo ocorrendo com Mao-Tse-Tung na China. A consolidação do stalinismo, do maoísmo, do titoísmo etc. são fenômenos ideológicos que têm suas bases sociais na incrível melhoria das condições de vida e trabalho das massas de trabalhadores de seus respectivos países.

Essa foi a situação histórica que inaugurou uma enorme confusão entre os revolucionários.

Por um lado, convertendo necessidade em virtude, uma parcela dos revolucionários passou a defender que as teses de Marx e Engels eram utópicas (no sentido de não terem lugar na história) e que a vida estaria mostrando que o verdadeiro socialismo, “socialismo real”, era o que estava sendo construído naqueles dias na URSS (ou, a depender a filiação político-partidária, na República Popular da China, ou no Vietnã, ou na Albânia, e assim por diante). Em todas essas variantes, aceitava-se que o socialismo seria um Estado ditatorial, com um gigantesco aparato de controle policial e político dos trabalhadores. Aceitavam, ainda, que o socialismo não superaria o mercado e o trabalho proletário – pelo contrário, estes seriam essenciais “ao socialismo real”!

O campo do “socialismo real” não era, de modo algum, homogêneo: stalinistas criticavam os maoístas, estes criticavam os titoístas, todos combatiam os trotskistas, estes últimos criticavam de volta a todos os outros... mas, em todas as críticas aceitava-se como socialistas o mercado, o Estado, o trabalho proletário, a repressão sobre os trabalhadores e proletários. O que estaria errado – nisso também todos coincidiam – seria, apenas e tão somente, a direção política. Se

Trotsky – e não Stálin – houvesse permanecido no poder na URSS, o socialismo teria sido lá construído, argumentavam os trotskistas. Se os stalinistas e não os maoístas tivessem vencido a luta interna no PC Chinês, a revolução naquele país teria sido socialista – diziam os stalinistas sobre a China, enquanto o PC Chinês garantia que se os maoístas estivessem no poder na URSS, esta não teria degenerado em um “Estado burocrático”. A questão, no fundo, para todo esse campo, centrava-se na direção política. Dependendo da preferência política, a direção “correta” seria o stalinismo, o maoísmo, o trotskismo, o titoísmo e, logo depois, o castrismo, o guevarismo etc., etc. e, já mais bem para frente, nos anos 1980, o eurocomunismo.

Além do campo do “socialismo real”, abriu-se outro campo mais amplo e ainda mais heterogêneo, que afirmava que a ordem surgida das revoluções seria, na verdade, a traição dos ideais revolucionários. Já nos anos de 1920 esse campo começou a se delinear com a Oposição Operária na Rússia e, depois, com as críticas à nascente ordem soviética pelos autonomistas e anarquistas. Com o passar do tempo, muitos intelectuais e organizações políticas foram se aproximando ou aderindo a essa concepção: as sociedades saídas dos processos revolucionários nem eram socialistas, nem estavam a caminho de se converterem em socialistas. Uma parte desse campo migrou para a direita: a democracia burguesa seria a melhor opção para a humanidade e, pela adoração à democracia, essa porção aderiu ao campo da contrarrevolução. A Escola de Frankfurt, com Adorno e Habermas, foi o exemplo mais típico dessa evolução, mas longe de ser o único. Uma outra parte permaneceu à esquerda: as concepções políticas autoritárias – que, argumenta-se, já estariam presentes em O que fazer? de Lenin, com a concepção do partido centralizado que traria “de fora” da classe a consciência revolucionária – seriam a causa principal da degenerescência do poder revolucionário em ditaduras contra os trabalhadores. Suas expressões mais importantes foram os luxemburgistas e os autonomistas: o problema decisivo teria sido, segundo eles, a liquidação da autonomia dos trabalhadores nos anos de 1919-1920 na antiga Rússia. Os principais

responsáveis pelas derrotas seriam os bolcheviques, os leninistas de todos os tipos.

A confusão estava posta: a questão da direção política (e, portanto, da concepção político-ideológica dos dirigentes) seria o que decidiria se uma revolução superaria (ou não), pelo socialismo, a ordem burguesa. No fundo, a verdade dependia da escolha pessoal de cada revolucionário: se optasse pelo maoísmo, os traidores seriam os stalinistas, trotskistas, autonomistas etc. Se fosse um stalinista, os traidores seriam os trotskistas, os maoístas, os autonomistas etc. Se fosse um anarquista, os culpados seriam os leninistas, stalinistas, trotskistas – e assim sucessivamente.

Quando a escolha pessoal passa a ter tal importância, a confusão está instalada: não há argumentos que seja superior a outro, a opinião de cada um é o critério da verdade. Esse é um claro sinal de que a teoria não está dando conta de acompanhar a história.

MÉSZÁROS E PARA ALÉM DO CAPITAL

Esse reino da confusão começaria a ser superado com a publicação, por Mézáros, na Inglaterra, em 1944, de sua obra-prima, Para além do capital. Este foi o primeiro – e até hoje único – estudo aprofundado sobre as condições de reprodução do capital no século 20. Em se tratando o nosso tema, Mézáros assinala que as revoluções do século 20 ainda podiam desenvolver – e desenvolveram de forma muito rápida – as forças produtivas em escala nacional. A produção poderia ser enormemente ampliada, o desemprego podia ser eficientemente administrado, as condições de vida e trabalho da população poderiam ser muitíssimo melhoradas, pela exploração dos trabalhadores por meio de um Estado que concentrasse a propriedade e que planejasse toda a produção.

A intensa e rígida repressão dos trabalhadores e proletários correspondia às condições de exploração dos trabalhadores que se faziam imprescindíveis. Muito rapidamente, nas “sociedades pós-revolucionárias” tivemos o surgimento de uma nova modalidade da exploração dos trabalhadores pelo capital. Nova, porque tem no Estado o proprietário dos meios de produção. Mas, ainda assim, mantém

a exploração dos trabalhadores e proletários pelo assalariamento.

A exploração dos trabalhadores e proletários pelo assalariamento é, precisa e exatamente, o capital. O trabalho que produz o capital – como vimos em “O que são classes sociais?” – é o trabalho proletário.

Lembremos que o capital é a relação social pela qual se extrai o trabalho excedente pela redução da força de trabalho a uma mercadoria e o assalariamento é a sua expressão cotidiana. As revoluções da primeira metade do século 20, afirma Mészáros, deram origem a países que se estruturam ao redor da exploração do homem pelo homem (com tudo que a acompanha: o Estado, a família monogâmica, as classes sociais e as desumanidades que têm sua origem no capital); foram revoluções nacionais e que cumpriram o papel de desenvolver muito rapidamente as forças produtivas do capital em países muito atrasados, como a Rússia e a China. Tais revoluções – nacionais e em países pouco desenvolvidos – não podiam iniciar a transição ao comunismo pela passagem do trabalho proletário ao trabalho associado.

Todavia, por que isso ocorreu? Por que nas “sociedades pós-revolucionárias” não se superou o capital? A possibilidade de uma explicação veio de uma profunda mudança no modo de produção capitalista, o início da crise estrutural do capital, na década de 1970.

A CRISE ESTRUTURAL

Vimos, em “O que é o socialismo?”, como, com a Revolução Industrial (1776-1830), a capacidade produtiva ultrapassa as necessidades humanas e gera uma abundância que, para o capitalismo, não passa de superprodução. Isto é, a oferta de mercadorias é maior do que a procura e, conseqüentemente, os preços tendem a cair conforme aumenta a produção, conduzindo às crises cíclicas. Na década de 1970, a abundância se tornou tão intensa (dado o desenvolvimento da produção) que nem sequer a crise foi capaz de superar a superprodução. Para sobreviverem, as empresas precisaram demitir trabalhadores e aumentar a produção: essa é a dinâmica de uma crise infundável, pois, a cada aumento da produção com o aumento correspondente do desemprego, se intensifica a

contradição fundamental: uma crescente produção para um mercado que se reduz pelo aumento do desemprego. Em 1970 a abundância torna-se permanente e tem início a crise estrutural do sistema do capital em seu todo.

A crise estrutural bloqueia a via do desenvolvimento das forças produtivas nacionais pela propriedade estatal dos meios de produção, por um sistema político ditatorial e através da exploração dos proletários e trabalhadores. Isso porque o capital em crise estrutural necessita, imediata e diretamente, de toda mais-valia produzida no planeta e nada mais sobra para desenvolver – como fizeram a Rússia, a China etc. – as forças produtivas locais.

É essa necessidade absoluta do capital por todo átomo de mais-valia que conseguiu extrair dos trabalhadores e proletários um dos fatores decisivos para a atual “integração” da Rússia e da China, do Vietnã e de Cuba, ao mercado mundial. É essa mesma necessidade que inviabiliza que novas revoluções sigam a “via” chinesa, ou soviética, ou cubana etc.

O sistema do capital, nesse período de sua crise estrutural, se converteu em uma totalidade mundial de tal forma articulada que as revoluções apenas podem sobreviver se confrontarem o capital como um todo. Por isso, as revoluções que vierem a acontecer terão, muito rapidamente, de se desenvolver até o socialismo ou perecerão frente à contrarrevolução: já não existe mais o meio termo de os revolucionários se manterem no poder pela via do desenvolvimento, sob o capital, das forças produtivas em escala nacional pela exploração do trabalho proletário.

Por que, então, todas as revoluções foram derrotadas? Porque ocorreram em um período histórico, antes de 1970, em que ainda era possível o desenvolvimento das forças produtivas do capital em países isolados e economicamente atrasados. Por isso nem puderam se internacionalizar, nem puderam abrir a transição ao comunismo. Isolados no poder, os revolucionários tiveram apenas a alternativa de desenvolver a força produtiva do capital: as “sociedades pós-revolucionárias”, que faziam parte do sistema mundial do capital. Não lhes restava

alternativa: havia que substituir as velhas formas de trabalho da Rússia czarista, da China Imperial etc. pelo trabalho proletário. Houve uma vasta melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, mas isso estava longe de dar início ao socialismo.

Em nossos dias, não há razão para qualquer confusão. Descoberta a principal razão histórica de todas as revoluções do século 20 não terem conduzido ao socialismo e ao comunismo, torna-se possível uma avaliação científica, histórica, dos processos revolucionários que supere as opiniões e preferências pessoais. Os acertos e os erros do passado, suas variadas expressões ideológicas, as não menos diferentes tentativas de explicação teórica etc. podem, agora, ser compreendidos a partir de sua base social: tornou-se, finalmente, possível uma compreensão que forneça elementos para o desenvolvimento da teoria revolucionária. Essa é parte da enorme contribuição de Mészáros ao movimento revolucionário.

Por outro lado, as revoluções que vierem a ocorrer confrontarão o sistema do capital como uma unidade: ou destruirão o capital ou serão por ele derrotadas. Serão revoluções que, mesmo se iniciando em países, se internacionalizarão rapidamente – ou perecerão não menos rapidamente. Contarão com uma possibilidade que não existia antes da crise estrutural, qual seja, a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas em escala planetária – para além do trabalho explorado por meio do assalariamento (o trabalho proletário), para além do mercado.

Essa possibilidade, nova, que abre as portas para a transição ao comunismo pela mediação do socialismo, não existia antes da crise estrutural: por isso, todas as revoluções do mais incrível período revolucionário da história foram derrotadas – no sentido de não inaugurarem a transição para além do capital.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1